Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS
Ata da 118ª Reunião Ordinária da CT-PB – 29/09/2026 – 9h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	**Representante**
ANA	Gonzalo Álvaro Vázquez (T)
ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (T)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
CATI	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini (T)
IGAM	Rosângela Pereira dos Santos (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S)
P.M de Campinas	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Indaiatuba	Danielle França Nery (T)
	Victoria Bortolucci (S)
P.M de Jundiaí	Mateus Bento Batista Arantes (S)
P.M de Louveira	Alan Del Rosso (S)
SAA	Sebastião Vainer Bosquilia (T)
SAA Salto	Silvia Telles (S)
SAAEJA	Silvana Turolla Broleze (T)
SABESP	Aurildo Xavier dos Santos (S)
	Caroline Ferreira dos Santos (S)
SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado (T)
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
	Tarciani Benedita Baia Santos (S)
SEMAE	João Carlos Marconatto (T)
SEMIL	Nilceia Franchi (S)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)
SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar (T)
	Sarah Janaína Menuzzo Quental (S)
UNICA	André Elia Neto (T)
	Bartira Elia (S)

Membros ausentes
Entidade
ABCON
AEAAV
AEAP
AESabesp
Cetesb
CODEN
P.M. de Campo Limpo Paulista
P.M. de Limeira
SANEBAVI

Demais presentes	
Entidade	**Representante**
Copasa	Joab Borges Silva
Conselho Regional de Biologia da 4ª região	Maurício Djalles Costa
Fundação Agência PCJ	Camila Souza
	Carolina Silva
	Eduardo Leo
	Kaique Barretto
	Kátia Cezarino
	Laice Correia
	Lara Ramalho
	Luclecia Soares
	Mariela Arrizatto
	Patrícia Barufaldi
	Tainá Moura
	Thamiris Cardoso
Munícipe de Jundiaí	Massao Okazaki
SP Águas	Davi Fernandes
	Gabriela Canindé Rodrigues

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2026, realizou-se por videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 118ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 22 de setembro de 2026. **2. Abertura da 118ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pela Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia do Rio Corumbataí (IPSA-C) e da Sociedade Rioclarense de Defesa do Meio Ambiente (Soridema) e coordenadora da CT-PB, que

agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. **3. Informes:** Na sequência, a Sra. Raquel passou para os informes: **3.1. da Coordenação**: Não houve informes. **3.2. dos Membros:** Não houve informes. **3.3. da Coordenação de Sistemas de Informações da Agência PCJ: a)** O Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou sobre o processo licitatório para contratação da revisão do Plano de Bacias, na modalidade técnica e preço. Relatou que três concorrentes, sendo dois consórcios e uma empresa, demonstraram interesse e, após a habilitação e análise dos recursos administrativos, todas foram habilitadas. Destacou que a próxima etapa será a abertura das propostas técnicas e que, apesar do atraso em relação ao que estava previsto, a expectativa é concluir a contratação até o final do ano, conforme as metas pactuadas com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Informou que os documentos referentes à Coleta de Preços nº 2/2026 estão disponíveis para consulta no portal de transparência da Fundação Agência PCJ; **b)** Em seguida, informou que a CSI recebeu o primeiro conjunto parcial de dados para elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ de 2026, referente ao ano-base de 2025, mas que ainda aguarda complementações e a publicação do novo roteiro orientador. Relatou que a Fundação Agência PCJ mantém contato com a Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi), a Diretoria Regional da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas) e outros atores para obtenção das informações, enquanto adianta as atividades possíveis, visando apresentar o documento à CT-PB na próxima reunião. Na sequência, solicitou o registro em ata de que a Fundação Agência PCJ tem buscado obter os dados, mas ainda não dispõe de condições para apresentar os relatórios completos. Esclareceu que, como em anos anteriores, poderá ser necessária a aprovação de conteúdo parcial, com compromisso de atualização após o recebimento dos dados faltantes e posterior prestação de contas à CT-PB. Informou que pretende dialogar com a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) e a DRHi até no final deste ano ou início do próximo, para regularizar as pendências anteriores e cumprir os compromissos de atualização. Sugeriu adequar a data da última reunião da CT-PB, preferencialmente em conjunto com a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, para permitir o encaminhamento da deliberação em tempo hábil para apreciação na plenária de dezembro. Ressaltou que a adequação também se faz necessária em razão da atualização do Plano de Aplicação Plurianual (PAP), considerando as incertezas na arrecadação, as discussões sobre desvinculação de fontes de recursos, o andamento das contratações e as demandas surgidas ao longo do ano. Esclareceu que estão sendo avaliados os valores dos projetos contratados, as possíveis economias orçamentárias e os projetos efetivamente apresentados para pleito, visando adequar o planejamento à execução orçamentária. Ressaltou que as adequações abrangerão recursos federais e estaduais e exigirão deliberação específica, reforçando a importância de discutir o tema conjuntamente com a CT-PL; **c)** O Sr. Eduardo Léo informou sobre a necessidade de elaboração de um terceiro instrumento de planejamento orçamentário, em decorrência da assinatura, em 17 de setembro, do contrato de gestão entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). Explicou que a Agência PCJ passará a atuar como entidade equiparada na porção mineira das Bacias PCJ, o que demandará a elaboração do Plano de Investimento Anual (PIA), voltado aos investimentos anuais dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em Minas Gerais, até então sem aplicação efetiva. Informou que estão sendo realizadas consultas ao Igam para verificar os prazos de apresentação do documento e organizar as pautas das próximas reuniões da CT-PB. Destacou a importância da iniciativa para estabelecer uma nova rotina de planejamento orçamentário e aplicação dos recursos da cobrança mineira; **d)** Por fim, o Sr. Eduardo Léo informou que ainda há dados pendentes para elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ, incluindo informações sobre populações urbana e rural, taxa de urbanização, áreas remediadas, demandas de água, especialmente para abastecimento urbano, vazões outorgadas, indicadores de água do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), barramentos, outorgas concedidas,

resíduos sólidos, cargas potenciais e remanescentes e o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM), da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), relacionado a aterros sanitários e estações de tratamento de esgoto. Esclareceu que alguns mapas e o tratamento dos dados disponíveis ainda estavam em elaboração. Explicou que as pendências seriam relacionadas nominalmente na deliberação de aprovação do relatório, conforme procedimento adotado nos anos anteriores, com atualização da lista à medida que os dados fossem recebidos, visando à divulgação do documento no prazo previsto. **3.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da SE/PCJ iniciou os informes: **a) Exclusão de membros:** informou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foi excluída da CT-PB a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista. As entidades excluídas só poderão voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato (2027-2029); **b) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-PB e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes, sendo: i. Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE): inclusão da Sra. Ana Lucia Floriano Rosa Vieira, como representante suplente e a remoção da Sra. Gladis Meiry Matteo; ii. Prefeitura Municipal de Campinas (P.M de Campinas): inclusão da Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, como representante titular em substituição a Sra. Gladis Meiry Matteo; iii. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP): remoção do Sr. Mauricio Magossi. Como trata-se de alteração de entidade que já faz parte da CT-PB, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **d) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou os próximos eventos dos Comitês PCJ, sendo: IX Seminário de Saúde Ambiental "Saúde Ambiental na Prática: da Prevenção à Gestão de Riscos", organizado pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ. O evento irá ocorrer no dia 27/10/26, no Auditório Planeta Água, localizado na sede administrativa da DAE, em Jundiaí/SP. Mais informações estão disponíveis na página de "Eventos" no site dos Comitês PCJ; **e) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 16ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Conjunta CT-PL e CT-PB, no dia 06/11/26, às 9h00, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na agenda do *site* dos Comitês PCJ; **e) NewsComitêsPCJ**: Por fim, convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso por ser feito pelo link.

4. Aprovação das minutas de ata e memoria técnica das reuniões anteriores: A Sra. Raquel informou que a minuta da ata da 117ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 21/07/2026, e a Memória Técnica da 21ª Reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do

Plano de Bacias (GT-Acompanhamento) realizada em 24/04/2026, ambas por videoconferência, foi enviada aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **5. Minuta do Relatório de Acompanhamento da Implementação do PBH PCJ (2026):** A Sra. Katia Cezarino, da equipe CSI/Agência, apresentou a minuta do Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, contextualizando que, desde a aprovação do Plano, em 2020, a CT-PB vem estruturando o acompanhamento de sua implementação. Informou que, em 2021, foi elaborado o Parecer Técnico pela CT-PB, posteriormente atualizado em 2022, incorporando as diretrizes do manual da ANA para avaliação da implementação dos planos de recursos hídricos. Relatou que, em 2023, foi elaborada a primeira minuta do relatório, com participação do Grupo de Trabalho de Implementação do Plano de Bacias (GT-Implementação), passando, desde então, a ser realizada a avaliação anual. Esclareceu que o relatório apresentado constitui minuta referente ao ano de análise de 2026, com resultados parciais, que serão atualizados ao final do exercício, após a consolidação dos dados e eventuais contribuições dos membros, para posterior apresentação da versão final e publicação. Informou que o relatório tem como objetivo avaliar a evolução da implementação das 120 ações previstas no Plano das Bacias PCJ, utilizando como referência a metodologia da ANA, bem como acompanhar as metas intermediárias de saneamento estabelecidas para 2025, 2030 e 2035. Destacou que o relatório registra as atividades relacionadas à gestão da implementação do Plano e sua divulgação aos municípios e demais atores envolvidos. Relembrou que o Plano contempla 6 temas estratégicos, 19 eixos temáticos, 46 programas e 120 ações. Quanto à avaliação do Plano de Ações PCJ, explicou que estas são classificadas conforme o status de execução, incluindo ações não iniciadas, em execução, concluídas, em atraso e não executadas, tendo sido adotado, para o PCJ, um status concluída em atraso. Esclareceu que a classificação não executada não significa necessariamente ausência de atividades, podendo decorrer de decisão estratégica de descontinuidade, reorientação da ação ou necessidade de revisão. Informou que, para as ações previstas para financiamento com recursos da cobrança federal ou do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), são estabelecidos marcos intermediários de acompanhamento, permitindo a avaliação de seu estágio de execução. Para as ações inicialmente previstas como de responsabilidade de outras fontes de financiamento, não são estabelecidos esses marcos, sendo realizado o acompanhamento somente nos casos em que houver investimento, deliberação de recursos ou atuação dos Comitês PCJ. Apresentou os resultados parciais de 2026, informando que, das 120 ações do Plano, 114 foram avaliadas e seis não foram avaliadas. Entre as ações avaliadas, 55 estavam em execução, sendo 50 no prazo e 5 em atraso; dez foram concluídas no prazo e uma em atraso; 7 foram classificadas como não executadas e 12 como não iniciadas. Das 19 ações inicialmente previstas para outras fontes de financiamento, 12 passaram a receber investimentos dos Comitês PCJ e, estão sendo acompanhadas. Informou que o processo de enquadramento em Minas Gerais passou a ser monitorado em razão de sua integração à revisão do Plano. Ressaltou que 29 ações, aproximadamente 24% do Plano, tinham previsão de conclusão até 2026. Dessas, 4 foram concluídas, sendo 3 no prazo e 1 em atraso; 6 permaneciam em execução; 1 foi classificada como contínua; 4 apresentavam atrasos no cronograma; 7 foram consideradas não executadas e 12 não iniciadas. Das 91 ações restantes, 7 já haviam sido concluídas antes do prazo final de 2035. Destacou que 24 ações possuem caráter contínuo, com acompanhamento anual até seus respectivos prazos finais, como a implantação de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e a expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento, cuja meta é disponibilizar dados de, no mínimo, 36 postos ativos até 2035. Explicou que o índice global de avanço do Plano é calculado com base nas notas atribuídas às ações e nas médias dos programas, eixos temáticos e temas estratégicos. Informou que o avanço previsto para 2026 é de 63,2, enquanto o avanço realizado até o momento corresponde a 41,7. Na sequência, apresentou os principais resultados

por tema estratégico, destacando ações do Enquadramento dos Corpos d'Água (ECA), Garantia do Suprimento Hídrico e Drenagem (GSH), Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal (CRF), Águas Subterrâneas (AS), Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (EA) e Gestão de Recursos Hídricos (GRH). Ressaltou que algumas ações já atingiram suas metas e foram classificadas como concluídas, mas permanecem em acompanhamento em razão de novos investimentos ou atividades previstas. Esclareceu que alguns atrasos decorrem da necessidade de articulação institucional e que determinadas ações foram descontinuadas ou reorientadas por decisões estratégicas, uso de sistemas existentes ou atuação de órgãos estaduais e programas como o Integra Bacias. Destacou a conclusão do estudo de revisão da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e das atividades de apoio à gestão administrativa da Fundação Agência, bem como a conclusão da ação de compatibilização entre planos, cuja contratação ocorreu em 2024. Informou que o relatório apresenta, em seus anexos, o detalhamento das 120 ações e seus respectivos status, e que as evidências de execução podem ser consultadas nos relatórios de contratos, nos documentos internos da Fundação Agência e em plataformas públicas, como os relatórios de execução do PAP e os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, que reúnem informações sobre as ações e os investimentos realizados. Ressaltou que o documento servirá de subsídio à revisão do Plano, especialmente para reavaliar as ações, sua continuidade e suas fontes de financiamento. Em seguida, a Sra. Carolina Silva da equipe CSI/Agência, apresentou os resultados da avaliação das metas de saneamento e das projeções populacionais do Plano das Bacias PCJ, esclarecendo que as metas são individualizadas por município, com etapas parciais para 2025 e 2030 e meta final para 2035. Informou que as metas de perdas de água na distribuição são avaliadas com dados do SINISA, referentes a 2024, enquanto as metas de coleta e tratamento de esgoto utilizam dados da Cetesb, de 2025, para os municípios paulistas, e do SINISA, de 2024, para os mineiros. Quanto à eficiência do tratamento, esclareceu que há dados apenas para avaliar a remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) nos municípios paulistas, não havendo informações disponíveis para os municípios mineiros nem para a remoção de fósforo, nitrogênio e coliformes em ambos os estados. Apresentou a metodologia de classificação dos resultados por escalas de cores, considerando o atingimento, a superação ou o não cumprimento das metas e a distância em relação aos valores estabelecidos. Explicou que a cor verde-escura indica a superação da meta, sendo aplicada, no caso das perdas de água, aos índices inferiores ao valor estabelecido, enquanto a verde-clara representa o atingimento da meta. Para os municípios que não atingiram as metas, a classificação varia conforme a distância: rosa-claro para menos de cinco pontos, rosa para cinco a dez pontos, vermelho para dez a quinze pontos e vermelho-escuro para mais de quinze pontos. Destacou como dificuldades e limitações da análise a ausência de dados de monitoramento de fósforo, nitrogênio e coliformes termotolerantes, bem como a indisponibilidade temporária de informações de municípios operados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), devido a dificuldades da Cetesb no processamento dos dados recebidos. Ressaltou que há expectativa de disponibilização dessas informações até a publicação oficial, embora não seja possível garantir sua inclusão. Ressaltou a defasagem temporal entre as bases de dados utilizadas na avaliação, esclarecendo que os dados do SINISA referentes às perdas de água nos municípios paulistas e mineiros e ao esgotamento sanitário dos municípios mineiros correspondem a 2024, enquanto os dados da Cetesb relativos ao esgotamento sanitário dos municípios paulistas são referentes a 2025, e a diferença entre os horizontes de planejamento, uma vez que o Plano das Bacias PCJ estabelece 2035 como prazo para a meta final, enquanto o marco legal do saneamento prevê 2033 para a universalização. Quanto às metas de coleta de esgoto para 2025, informou que, em São Paulo, 26 municípios superaram a meta, 1 atingiu e 7 permaneceram abaixo, enquanto 23 estavam sem dados disponíveis. Dos municípios abaixo da meta, 5 estavam a menos de cinco pontos, 1 entre cinco e dez pontos e um entre 10 e 15 pontos. Em Minas Gerais, três municípios permaneceram abaixo da meta, e um está sem dado disponível, todos com distância superior a 15 pontos, e um estava sem dados. Destacou que 44 municípios

atingiram a meta de coleta e que os municípios mineiros localizados nas regiões de cabeceira das bacias apresentaram maiores dificuldades. Em relação ao tratamento de esgoto, em São Paulo, 10 municípios superaram a meta, 12 atingiram e 12 permaneceram abaixo, enquanto 23 estavam sem dados. Em Minas Gerais, um município superou a meta, um atingiu, um permaneceu abaixo, com distância superior a 15 pontos, e um estava sem dados. Ressaltou que apenas 39% dos municípios atingiram a meta de tratamento prevista para 2025. Sobre a eficiência de remoção de DBO, informou que, considerando apenas os municípios paulistas, 12 superaram a meta, um atingiu e 21 permaneceram abaixo, dos quais cinco estavam a menos de cinco pontos, dois entre cinco e dez pontos, dois entre 10 e 15 pontos e doze a mais de 15 pontos. Outros 22 municípios estavam sem dados disponíveis. Destacou que apenas 23% dos municípios paulistas avaliados atingiram a meta, evidenciando dificuldades na eficiência do tratamento de esgoto. Quanto às perdas de água na distribuição, informou que 39 municípios paulistas apresentaram índices inferiores à meta, enquanto 25 permaneceram acima do valor estabelecido. Em Minas Gerais, dois municípios apresentaram índices inferiores à meta e três não a atingiram, dos quais dois estavam a menos de cinco pontos e um entre cinco e dez pontos. Ressaltou que 59% dos municípios avaliados atingiram a meta de perdas de água, com base em dados de 2024, esclarecendo que a análise contempla apenas os municípios com metas estabelecidas no Plano de Bacias para cada indicador. Na avaliação populacional, informou que a projeção para 2026 era de 6.267.680 habitantes nas Bacias PCJ, enquanto os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicaram 6.139.651 habitantes, diferença de 128.029 habitantes, aproximadamente 2% abaixo do projetado. Destacou Piracicaba, com crescimento entre 30 mil e 35 mil habitantes acima da projeção, e Jundiaí, entre 25 mil e 30 mil. Na análise percentual, ressaltou Extrema/MG, com crescimento entre 35% e 40% acima do previsto, além de Itapeva, Camanducaia e Jarinu. Esclareceu que essas diferenças são relevantes para a gestão dos recursos hídricos, pois o crescimento populacional aumenta a demanda por água e a geração de efluentes. Por fim, informou que a minuta do Relatório de Acompanhamento de 2026 será encaminhada aos membros por e-mail, com prazo para envio de contribuições até 30 de outubro de 2026. Esclareceu que serão analisadas as contribuições recebidas, validados os dados publicados pela Cetesb e realizada a avaliação final das ações após o encerramento do ano. Destacou que a apresentação do relatório final está prevista para fevereiro de 2027, seguida de sua publicação. Após a apresentação, o Sr. Flávio Forti Stenico, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ), parabenizou a equipe pela apresentação e questionou: **i.** as tratativas para obtenção dos dados dos municípios operados pela Sabesp, a previsão de publicação dessas informações pela Cetesb e a possibilidade de inclusão na versão final do relatório, prevista para fevereiro; **ii.** a existência de interlocução com a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE 1) para obtenção dos dados; **iii.** a metodologia de cálculo dos percentuais de cumprimento das metas de saneamento, especialmente quanto à inclusão dos municípios sem dados disponíveis. Em seguida, a Sra. Rosângela Santos, representante do Igam questionou os avanços na obtenção de dados de saneamento da porção mineira das Bacias PCJ e as eventuais dificuldades de acesso às informações junto ao Igam. Após as manifestações, a Sra. Carolina Silva esclareceu que a equipe aguarda a publicação dos dados pela Cetesb, ainda sem prazo definido, e que os 23 municípios sem informações representam quase um terço do total monitorado. Informou que, caso os dados não sejam disponibilizados até dezembro/2026, poderá ser necessário avaliar alternativas, como a publicação parcial do relatório, com posterior atualização. Ressaltou que os percentuais de cumprimento das metas consideram todos os municípios com metas estabelecidas para cada indicador, inclusive aqueles sem dados disponíveis. Explicou que a equipe da CSI/Agência PCJ prioriza os dados publicados pela Cetesb, por passarem pela validação do órgão ambiental e apresentarem maior confiabilidade. Ressaltou que a Cetesb verifica as informações fornecidas pelas concessionárias e realiza ajustes para que os indicadores abranjam toda a área urbana dos municípios, uma vez que os dados das prestadoras podem se restringir às áreas

efetivamente atendidas. Comparou essa metodologia à do SINISA, cujos dados são autodeclarados, embora existam iniciativas de auditoria, como o Projeto Acertar, para aprimorar sua confiabilidade. Nesse sentido, informou que a CSI pretende aguardar a publicação dos dados pela Cetesb antes de avaliar alternativas para a obtenção das informações faltantes. Complementando, o Sr. Eduardo Léo explicou que a equipe busca manter uniformidade metodológica na elaboração dos relatórios, priorizando a obtenção de dados publicados pela Cetesb, procedimento que tem permitido apresentar o relatório no início do ano subsequente. Informou que já houve interlocução com o Igam, mas que os dados de eficiência de remoção de DBO aparentemente não eram obtidos de forma sistemática. Ressaltou a importância de aprimorar a relação institucional com o órgão, mencionando que a equipe já obtém, anualmente, dados de monitoramento da qualidade e da quantidade da água para subsidiar outro relatório, a Revista Gestão das Bacias PCJ. Explicou que, embora a rede de monitoramento de níveis e vazões dos rios na porção mineira das Bacias PCJ seja limitada, há uma rede de postos de monitoramento da qualidade da água, cujos dados são obtidos mediante contato com o setor responsável do Igam. Manifestou a expectativa de aprimorar os produtos, o formato e a abordagem das análises relacionadas à porção mineira das Bacias PCJ. Por fim, o Sr. Flávio sugeriu que fossem levantadas informações sobre investimentos externos destinados ao saneamento, especialmente recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), considerando os empreendimentos selecionados ou habilitados pelo Ministério das Cidades nos municípios das Bacias PCJ, a fim de mapear os recursos previstos e ampliar a compreensão dos avanços na implementação das ações do Plano. A Sra. Raquel, considerou pertinente a sugestão e ressaltou sua importância para os levantamentos e diagnósticos previstos. Agradeceu à equipe pela apresentação da minuta do relatório e, não havendo outras manifestações, deu prosseguimento ao próximo item da pauta. **6. Outros assuntos:** A Sra. Raquel questionou aos membros quanto a outros assuntos, em que não houve nenhuma manifestação. 7**. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Raquel Eliana Metzner, coordenadora da CT-PB, agradeceu a participação dos membros e deu por encerrada a reunião.

Raquel Eliana Metzner
Coordenadora da CT-PB

Gustavo Arthur Mechlin Prado
Coordenador-adjunto da CT-PB